

Uma Análise do Sistema de Ensino Superior Chinês (1949-2019): políticas, avanços e desafios

An analysis of the Chinese higher education system (1949-2019): policies, advances and challenges

Marcos Costa Lima¹ 

Pedro Fonseca² 

Amanda Salvino³ 

Júlia Benning⁴ 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n3.55346

Recebido em: 20/09/2020
Aprovado em: 16/11/2020

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar historicamente o sistema educacional superior chinês, apresentando suas principais políticas e avanços. É percebido que o desenvolvimento chinês é surpreendente, e o papel dessas reformas educacionais tem contribuído com os avanços, tanto em recursos humanos quanto em inovação, bem como em infraestruturas educacionais. O ensino superior tem sofrido reformulações desde 1949, quando massivas reformas foram implantadas com o intuito de dotar o sistema superior chinês de maior capacidade de atender as demandas sociais e política da China. Desse modo, entre 1993 e 2010, as reformas tiveram ênfase na massificação, descentralização, liberação e privatização. O trabalho incide ainda na explicitação de dois projetos, o primeiro intitulado de Projeto 211, implementado em 1995, com o governo buscando investir em cerca de 100 universidades para dotá-las de maior capacidade técnico-científica no século XXI. Já o segundo projeto, lançado em 1998, foi chamado de o Projeto 985 e tinha como objetivo criar universidades de nível mundial no século XXI. Por fim, o trabalho apresenta desafios ainda existentes para o desenvolvimento do ensino superior.

Palavras-chave: Universidades; Universidades na China; Reformas do Ensino Superior na China; Políticas de desenvolvimento.

¹ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marcosfcostalima@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: pe.fonseca@outlook.com

³ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: amandasalvinocpri@gmail.com

⁴ Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: juliabenning1194@gmail.com

Abstract: This article aims to analyze historically the Chinese higher education system, presenting its main policies and advances. It is perceived that Chinese development is surprising, and the role of these educational reforms has contributed to advances, both in human resources and in innovation, as well as in educational infrastructure. superior education has undergone reformulations since 1949, but in the post-reform and opening-up period, when massive reforms were implemented in order to provide the Chinese superior education system with greater capacity to meet social demands and China's policy. Therefore, between 1993 and 2010, reforms emphasized massification, decentralization, liberation and privatization. The work also focuses on explaining two projects, the first entitled Project 211, implemented in 1995, with the government seeking to invest in around 100 universities to provide them with greater technical and scientific capacity in the 21st century. The second project, launched in 1998, it was called Project 985 and aimed to create world-class universities in the 21st century. Finally, the work presents challenges that still exist for the development of higher education.

Keywords: Chinese university. Marxism. Xi Jinping. Mao Zedong. Marxist Theory.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo principal apresentar as transformações do sistema de ensino superior Chinês. Para isso, fez-se necessário apontar alguns elementos do Sistema Educacional do País, visto que um sistema observado de forma estanque sempre prejudica uma compreensão holística do processo. O ensino superior tem sofrido reformulações desde 1949, mas no período pós reforma e abertura, o ponto de inflexão no ensino superior veio ocorrer em 1993 quando massivas reformas foram implantadas com o intuito de dotar o sistema superior chinês de maior capacidade de atender as demandas sociais e política da China. Desse modo, entre 1993 e 2010, as reformas tiveram ênfase na massificação, descentralização, liberação e privatização.

Dessa forma, o presente artigo está dividido da seguinte maneira, para contextualizar o leitor sobre a educação chinesa, o capítulo 2 apresenta uma breve evolução do sistema de ensino básico chinês. Do início da Revolução Cultural até 1978, o financiamento das escolas ou era realizado pelas comunidades locais (*minban*), ou gerenciados pelo Estado (*gongba*), mas as dificuldades eram inúmeras. Além de estabelecer cronologicamente as principais mudanças, o capítulo também debate ainda as três teorias que serviram de base para pensar o Sistema Educacional na China: a Teoria da Modernidade, a Teoria do Capital Humano e a Mentalidade Pós-colonial (Li, 2017).

O capítulo 3 trata da especificamente do sistema superior, desde a revolução em 1949 até 2019. Buscou-se apresentar os 3 períodos de reformas universitárias, que começam já em 1980, quando há o distanciamento com o modelo soviético, e parte-se

para uma aproximação com o modelo norte-americano; num momento seguinte, uma visão mais pragmática do ensino; e, na terceira etapa, a partir do ano de 1993, quando teve início a uma série de reformas no ensino superior, com destaque ao “Esboço para Reforma e Desenvolvimento da Educação na China” (CC-PCCh, 1993).

O capítulo 4 analisa as principais políticas para o ensino superior, o *Projeto 211* e *Projeto 985*, a fim de fazer um estudo de caso. A primeira delas foi o *Projeto 211*, iniciado em 1995, que fazia referência ao slogan “Dirija uma centena de universidades no século 21”, em tradução livre do original em mandarim⁵, onde o governo buscou investir em cerca de 100 universidades para dotá-las não apenas de maior capacidade técnico-científica, mas torná-las universidades de referência mundial no século 21 (Wan, 2003; Zhao & Zhu, 2010).

A segunda política denominada de *Projeto 985* foi lançado após o discurso do ex-presidente Jiang Zemin, em 4 de maio de 1998, no centenário da Universidade de Beijing. O seu objetivo maior foi criar universidades de nível mundial para o século XXI. O projeto envolveu as esferas nacional e local e buscou investir num grupo seletivo de Universidades (Cai, 2013).

Por fim, capítulo 5 e 6 tratam dos avanços e desafios das reformas. A China percebe que para avançar é necessário o investimento em educação de qualidade e na ciência. Isso fica claro a partir de Xi Jinping, que com a materialização da ideia do rejuvenescimento nacional, passa a dar uma nova centralidade a educação (Xinhua, 2020). O capítulo 7 é dedicado às considerações finais.

2. A educação chinesa: Uma breve evolução do sistema educacional e políticas para o ensino básico.

O crescente impacto das reformas educacionais no conjunto do Sistema educacional Chinês tem sido objeto de mudanças sem precedentes (Oyniran & Uwamahoro, 2017). O aumento do impacto dessas reformas educacionais tem proporcionado significativos avanços, tanto em recursos humanos quanto na inovação, bem como nas infraestruturas educacionais, o que facilitou e deu consistência ao progresso no desenvolvimento econômico, político, cultural e social do país. Desse modo, essa seção busca apresentar os principais pontos da evolução do sistema de ensino chinês.

⁵ 面向21世纪办好百所高校 (*Miànxìàng 21 shìjì bàn hǎo bǎi suǒ gāoxiào*)

Se tomarmos como comparação o sistema educacional chinês ao longo da Revolução Cultural, veremos os grandes avanços conquistados. Segundo Emily *et al* (2008), documentos da época indicam que muito do financiamento das escolas durante a Revolução Cultural estava ao encargo das comunidades locais (*minban*), ou gerenciados por pessoas, professores e escolas, que são distintos dos (*gongba*), ou professores e escolas administrados pelo Estado. Como parte deste processo, muitos dos professores primários em áreas rurais eram compensados com “pontos de trabalho” ao invés de salários e reclassificados como residentes rurais (Tsang, 2000).

O ensino tipo *Minban* cresceu rapidamente durante a Revolução Cultural, primeiro nas zonas rurais e depois nas cidades. As autoridades educacionais cederam responsabilidade sobre as escolas primárias administradas pelo estado a equipes ou brigadas locais de produção, comunas, fábricas, empresas, comitês revolucionários de bairro e outras instâncias da administração chinesa (Tsang, 2000; Wang, 2002).

Durante este período, os professores *minban* eram pagos em rações de grãos e subsídios em dinheiro suplementares por unidade de trabalho com base nos pontos de trabalho que conquistavam, enquanto os professores do Estado recebiam salários dos governos. Importante dizer sob esse arranjo que os custos diretos do ensino eram raramente custeados pelas famílias, mesmo nas comunidades rurais e que cada criança do meio rural estava apta a cursar a escola primária sem custo durante os anos finais da Revolução Cultural (Han, 2001).

No final dos anos 1970, uma agenda diferenciada guiou a política educacional, à medida em que os líderes pensavam em promover reformas de mercado e a modernização econômica. Em março de 1978 Deng Xiaoping fez um discurso de abertura no *National Symposium on Science and Technology em Beijing*. Nesse discurso, ele reiterou a importância da ciência e tecnologia para a modernização econômica e afirmou que “a base para treinar a ciência e a tecnologia se baseia na educação” (Shen, 1994).

Desde 1978, a política educacional chinesa passou por quatro estágios, a saber: i) a recuperação e reconstrução da ordem educacional (1978-1984); ii) o início de uma reforma total do sistema educacional (1985-1992); iii) ajuste da política educacional capaz de enfrentar a reforma do sistema econômico de mercado (1993-2002); iv) e o novo desenvolvimento da política educacional sob o comando das perspectivas científicas sobre desenvolvimento (2003- 2009).

Li (2017) destaca que o ponto de partida se dá no ano de 1985 quando a governo traça objetivos de longo prazo, tais como a consolidação do sistema educacional compulsório de 9 anos e maior autonomia a educação superior. Esses objetivos foram sendo modernizados ao longo do tempo para dialogar com as necessidades da China. Dessa forma a essa modernização resultou num aumento de políticas educacionais, como pode ser observado no período de 2000 e 2017, quando o Estado chinês promulgou 22 documentos referentes a políticas educacionais (Li, 2017).

Além disso, o autor destaca que ao longo dos anos, três tipos de teorias - foram justapostas para criar as políticas de desenvolvimento chinesas. Quais sejam a Teoria da Modernidade, a Teoria do Capital Humano e a Mentalidade Pós-colonial. Esses raciocínios são baseados em um conceito filosófico de Confúcio (*Zhong-Yong*). Li (2017) o descreve como um “modelo confuciano de desenvolvimento”.

A Teoria da Modernização sustenta que os líderes chineses sempre perseguiram a modernização. Sendo assim, viam a educação como a estrutura de fundação para as reformas. Ou seja, a educação possuía um papel instrumental no rejuvenescimento nacional. Por sua vez, os teóricos do Capital Humano viam a educação como o maior investimento em capital humano que poderia ser feito. Dessa forma, os líderes chineses utilizavam raciocínio de que a reformas educacionais deveriam elevar a qualidade da educação e o desenvolvimento estudantil. Consequentemente, isso iria produzir uma força de trabalho mais qualificada, gerando maior modernização e desenvolvimento. Dessa forma, haveria o crescimento econômico e a conquistas de metas nacionais, elevando, por fim, a competitividade nacional (Li, 2017).

Dessa forma, para Li (2017), o Modelo Confuciano de Desenvolvimento, baseado nessas três mentalidades, resultou em mudanças significativas nas últimas décadas. Especialmente, ampliação do acesso à educação, expansão da educação superior, otimização do sistema e estrutura educacional e melhoria da formação dos professores.

A realização da educação obrigatória de nove anos forneceu uma base suficiente para uma reforma adicional da educação para o novo século. A reforma abrangeu todas as etapas de formação, da educação pré-escolar à educação continuada, incluindo objetivos educacionais, papel dos professores e pesquisadores e cooperação internacional (Li, 2017).

O artigo 19 da Constituição da República Popular da China de 1982 estipula que “o Estado desenvolve a educação socialista para elevar o nível cultural e científico de

todo o povo” (CRPC, 1983). Em 27 de maio de 1985, a decisão sobre a reforma do sistema educacional foi proferida pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês (CC-PCCh) (Ming, 1986). Em 1986, a China promulgou a Lei de Educação Compulsória, que garantia a implementação de nove anos de educação obrigatória, que passa a ser aplicada em todo o território nacional, de acordo com a Lei, que estipula que toda a criança e adolescente devem receber educação sem custo, obrigatória e universal (MoE, 2009).

Em 1993 o Programa de Reforma e Desenvolvimento Educacional da China foi emitido pelo CC-PCCh e pelo Conselho de Estado (Yang, 2009). Em 1995 um grande esforço foi lançado para aumentar as taxas de ensino secundário e da educação terciária. A reforma foi concebida para atingir um certo número de objetivos, entre os quais estavam: i) generalizar a educação compulsória de nove anos, quando na época, apenas 75% estavam matriculados; ii) acabar com o analfabetismo; iii) desenvolver o ensino médio técnico, educação de adultos e educação continuada; iv) melhorar o nível de educação das meninas e das minorias nacionais em áreas pobres; v) construir, reformar edifícios para pesquisa e o ensino, visando ampliar o número de alunos.

Avançando para o século XXI, em 2007, a cobertura da educação compulsória e a alfabetização alcançavam 98% (MoE, 2007). Em 2010, 50,94% dos alunos do ensino médio estavam inscritos nas escolas secundárias vocacionais e estudantes inscritos em todas as formas de faculdades superiores profissionais representavam 46,92% do número total inscrito no ensino superior (Statistical Bulletin for National Educational Development, 2010, p.34).

Por fim, ao final de 2011, a China tinha tido amplo sucesso em atingir a meta da “Educação Universal Compulsória de Nove Anos” em todo o país com uma taxa de inscrição que atingia 100% (MoE, 2013). De acordo com o Ministério da Educação a taxa bruta de matrículas nas escolas secundárias atingiu 100,1% (MoE, 2012a, p.34). Em 2013, 100% das localidades no nível do município atingiram o objetivo de universalizar o ensino obrigatório de 9 anos. Em 2015, o total da taxa de matrícula bruta no ensino superior foi de 36% (Sang, 2015, p.35).

3. O sistema superior chinês de ensino (1949-2010)

A origem do nível superior chinês pode ser remontando ao período antigo, e Shuyuan⁶ (academia de aprendizado clássico chinês) na Dinastia Tang (618-907 d.C) é um protótipo dele (Cai, Kivistö & Zhang, 2011). No entanto, o desenvolvimento de universidades modernas e do sistema de ensino superior na China é relativamente recente. A primeira instituição considerada como a contraparte da universidade ocidental foi criada em 1895, a saber, *Beiyang gongxue* - o precursor da Universidade de Tianjin. Posteriormente, o Universidade de Shanghai Jiaotong (南洋公學 *Nanyang gongxue*) e a Universidade Imperial (Universidade de Beijing) foram sucessivamente fundadas em 1896 e 1898.

Após o estabelecimento da República Popular da China (RPC) em 1949, houve uma reformulação do ensino superior, assim como estava ocorrendo em outras áreas da sociedade chinesa. Dessa forma, para fins de melhor entendimento, Chen (2012), em sua análise, divide o processo em três etapas temporais: o legado destrutivo do antigo modelo soviético e da Revolução Cultural (1949-1976); segunda reorganização da universidade e seu desenvolvimento paradoxal na transição econômica (1977-1997) e a expansão do ensino superior e o reconhecimento do valor intrínseco do conhecimento na economia do conhecimento (1998-2010).

A primeira etapa é definida pela ampla influência do modelo soviético, que é caracterizado por mecanismos planejados centralmente, como “governos alocando recursos do ensino superior, nomeando líderes de universidades, designando empregos para graduados e decidindo números de matrículas para instituições individuais” (Cai, 2004, p. 158). Além disso, houve a reestruturação das universidades chinesas em “um aparato político e um instrumento econômico para o desenvolvimento político e econômico socialista” (Chen, p. 102, 2012). Isso resultou numa perda da liberdade e da autonomia das universidades e de seus acadêmicos em detrimento da ideologia política do Partido Comunista Chinês (PCCh).

⁶ Filósofo, educador e erudito confuciano, Zhan recebeu seu diploma jin shi durante o reinado de Hongzhi (1488-1505) e foi nomeado presidente da Academia Imperial Nanjing em 1524. Mais tarde tornou-se ministro do Gabinete de Ritos, depois do Gabinete de Pessoal, e depois do Gabinete de Guerra em Nanjing. Famoso educador, durante sua vida fundou mais de 40 Shu yuan (academias confucianas). Como filósofo, foi seguidor de Zhu Xi (1130-1200), erudito confuciano da dinastia Song e que se tornou figura principal da Escola de Princípios e o racionalista neo-confuciano mais influente na China. Também foi amigo de longa data do filósofo Wang Yangming (1472-1529) e, embora seus caminhos intelectuais acabassem por divergir, compartilhou com Wang uma apreciação do xin xue (idealismo), taoísmo e budismo.

A partir do final da década de 1970, juntamente com a introdução de uma política de “portas abertas”, a China lançou continuamente uma série de reformas, especialmente na esfera econômica⁷. Com o tempo, o país foi gradualmente transformado de uma economia planejada centralmente para uma economia orientada para o mercado. A partir desse momento, há uma mudança de propósito das universidades chinesas, ou seja, as universidades deixam de ter um propósito do conhecimento como um fim em si mesmo, para ter um propósito de desenvolvimento funcional e técnico da sociedade (Chen, 2012; Li, 2017).

A partir de segunda fase em diante, o que caracterizou as reformas no ensino superior chinês desde os anos 1980 foi o distanciamento do modelo soviético em direção a uma abordagem de influência americana, excetuando-se os programas de ensino superior de 2 a 3 anos de orientação profissional, herdados da antiga União Soviética, que permaneceram com algumas modificações sob a influência alemã (Cai *et al.*, 2011).

Inseridas nesse contexto de mudança, as universidades chinesas sofreram uma reorganização, das quais se destaca dois pontos. O primeiro diz respeito a fusão de antigas faculdades especializadas em universidades de cunho mais abrangentes (Chen, 2012). Já o segundo ponto foi, de certa forma, a mercantilização das universidades, ou seja, as universidades foram estimuladas a irem ao mercado para gerar receita (Chen, 2012). Isso decorre devido ao contexto de reformas que a China estava passando, houve uma retração do papel do Estado no que se refere ao investimento.

Por fim, a última etapa é caracterizada pelo reconhecimento do papel estratégico que as universidades teriam no desenvolvimento chinês. Como exemplo dessa percepção foi o *boom* da internet no final dos anos 90 na China, onde a maioria dos líderes de negócios de tecnologia da informação (TI) e empresários de *startups* de alta tecnologia eram graduados nas principais universidades chinesas, como a Universidade Tsinghua, a Universidade de Beijing e a Universidade de Ciência e Tecnologia da China. Desse modo, Chen (2012) afirma que:

A produção e transferência de conhecimento não eram mais serviços periféricos como um dos três usos da universidade (Kerr, 1995), mas uma fonte essencial de crescimento econômico e criação de riqueza, que é plenamente reconhecida pelos líderes chineses após a crise econômica asiática em 1997 (Chen, p. 103, 2012)

⁷ A política está inserida no contexto de reforma e abertura realizada por Deng Xiaoping em 1978. Esse novo comportamento buscou integrar a China no ambiente internacional.

Cabe destacar que, dentro da terceira etapa apresentada por Chen (2012), o ano de 1993 é considerado como o ponto de inflexão, pois foi nesse ano em que se deu início a uma série de reformas no ensino superior, com destaque ao “Esboço para Reforma e Desenvolvimento da Educação na China” (Yang, 2000, p. 48). Essas reformas foram implementadas com o intuito de dotar o sistema superior de chinês de maior capacidade de atender as demandas sociais e política da China.

Entre as estratégias utilizadas foram introduzir forças de mercados no intuito de liberalizar a educação, criando o impulso para as mudanças. Além disso, o governo se utilizou da legislação para regular as relações sociais, práticas e comportamentos que surgiram a partir da entrada das forças liberalizantes (Cai, 2013). Ou seja, o governo chinês buscou maximizar os pontos positivos de uma educação mais liberal, porém procurou criar mecanismos de controles às externalidades negativas que viriam, resultantes da maior liberalização. Desse modo, entre 1993 e 2010, as reformas tiveram ênfase na descentralização, liberação e privatização (Cai, 2013).

Aliado a isso, em 1999, o Ministério da Educação da China dá início a universalização do ensino superior, com o aumento de 50% na oferta de matrículas e a contínua ampliação das matrículas nos próximos dez anos. A expansão do ensino superior foi baseada no entendimento político de educação chinesa: transformar seu tamanho populacional em um ativo através do desenvolvimento de capital humano (Levin & Xu, 2006). Ou seja, mais pessoas nas universidades significa mais capital humano gerado para apoiar a economia do conhecimento e enfrentar a concorrência global (Chen, 2012, p. 103). Dessa maneira, os principais objetivos das reformas políticas de massificação do ensino superior foram os de atingir a demanda crescente do rápido desenvolvimento da economia, uma forma de minimizar o problema urbano do desemprego e de promover a utilização dos recursos humanos de forma qualificada (Wu & Zheng, 2008).

É válido pontuar que as reformas no período de 1980 a 2000 alcançaram resultados notáveis, incluindo expansão maciça do ensino superior, progresso no desenvolvimento do corpo docente, descentralização da administração, diversificação do financiamento, privatização da oferta de educação, desenvolvimento de universidades competitivas e internacionalização (Wang & Liu, 2009).

No entanto, as reformas também encontraram problemas e dilemas, incluindo a deterioração das condições e da qualidade do ensino, fraca capacidade de cultivar pessoal excelente e talentoso, diferença entre as habilidades ensinadas nas universidades e as

demandas da indústria, condições instáveis e inadequadas para o desenvolvimento sustentável do ensino superior e a pressão pelo emprego de graduados universitários (Cai *et al.*, 2011). Essas questões sobre os resultados e os dilemas foram melhor debatidas e apresentadas nas seções a seguir que cobrem os avanços e os desafios do sistema de educação superior chinês.

4. Políticas e governança do ensino superior chinês: uma análise dos Projetos 211 e 985.

Apesar do senso comum entender o sistema político chinês como sendo um bloco monolítico, a realidade se apresenta de maneira contrária. Apesar do fato da China ter um governo em que apenas um partido detém o controle⁸, a distribuição de poder e, por sua vez, a administração, é regida pela relação entre governo central e governos locais. Dessa maneira, as instituições de ensino superior (IES) públicas regulares⁹ são administradas a partir desses dois níveis. Assim, no nível do governo central, 73 instituições de ensino superior são administradas pelo Ministério da Educação (MOE) e 40 por outros ministérios (MoE, 2015)

Já no nível provincial, em 2014, 1.684 instituições foram administradas pelos governos das províncias, regiões autônomas ou municípios (MoE, 2015). No que diz respeito ao acesso ao ensino superior chinês, o país possui o *gaokao* (高考) ou Exame Nacional de Ingresso no Ensino Superior. O ensino superior no nível de graduação incluiu programas de graduação de três anos (*dazhuan*) e programas de graduação de quatro anos.

As políticas implementadas pelo Estado Chinês foram formuladas no contexto da década e 1990, ou seja, num período de descentralização, liberação e privatização (Cai, 2013). Entre os objetivos traçados estavam as seguintes prioridades: transformação da governança no ensino superior, reestruturação das instituições de ensino superior, 'massificação' do ensino superior, construção de universidades de classe mundial e aprimoramento engajamento social e internacionalização da universidade (Cai, 2013).

Dentre essas políticas públicas de educação para o nível superior, duas se destacam por motivos de direcionarem grandes fluxos de investimentos as universidades e por possuírem objetivos de dotar as instituições de ensino em grandes centros de produção científica global. A primeira política implementada foi o Projeto 211, iniciada em 1995. Tendo esse nome em

⁸ Apesar de haver outros partidos na China, cabe ao PCCh a liderança do país, como pode ser analisado a partir da constituição da chinesa (Conselho de Estado, 2019). Além disso, o PCCh ocupa os principais órgãos chaves do Estado chinês, como o Congresso Nacional e o Conselho de Estado.

⁹ O termo "regular" é usado para distinguir essas instituições das instituições de ensino superior "adultas"; que supostamente recebem uma parcela marginal de todas as matrículas.

referência ao slogan “Dirija uma centena de universidades no século 21”¹⁰, o governo buscou investir em cerca de 100 universidades para dotá-las de maior capacidade técnico-científica no século 21.

No início, cada universidade recebeu um investimento de ¥ 400 milhões do governo central, além dos investimentos dos governos locais (Ma, 2007)¹¹. Analisando o período entre 1995 a 2005, Zhang *et al* (2013, p.767) apontam que os investimentos gerais no Projeto 211 totalizaram ¥ 36,836 bilhões, dos quais ¥ 16,541 bilhões de foram alocados na construção de disciplinas-chave e ¥ 7,1 bilhões no estabelecimento de um sistema de serviço público. Além disso, ¥ 2,409 bilhões foram destinados para fortalecer o corpo docente e ¥ 10,771 bilhões para a construção de infraestrutura.

No que diz respeito a fundos especiais, em 2008 o então Diretor do Departamento de Educação, Ciência e Cultura do Ministério das Finanças, Zhao Lu afirmou que na primeira fase do Projeto 211, foram investidos cerca de ¥ 2,755 bilhões em fundos especiais; já na segunda fase, foram alocados ¥ 6 bilhões e, por fim, a terceira fase do projeto aproximadamente ¥ 10 bilhões (Lu, 2008).

Apesar de representarem apenas 6% de todas as instituições de ensino superior chinesas, as universidades que estão dentro do Projeto 211 são responsáveis por treinar 4/5 dos estudantes de doutorado, 2/3 dos estudantes de pós-graduação, 1/2 dos estudantes no exterior e 1/3 dos estudantes de graduação. Além disso, oferecem 85% dos principais assuntos/temas de interesse direto do Estado; detêm 96% dos principais laboratórios do Estado; e utilizam 70% do financiamento da pesquisa científica (Lu, 2008).

A segunda política de educação para o nível superior de maior destaque foi o Projeto 985. Tal projeto foi lançado após o discurso do ex-presidente Jiang Zemin, em 4 de maio de 1998, no centenário da Universidade de Beijing. Com o objetivo de criar universidades de nível mundial no século XXI, o *Projeto 985* envolveu as esferas nacional e local e buscou investir num grupo seletivo de universidades, construindo novos centros de pesquisa, melhorando instalações, atraindo professores de renome mundial e acadêmicos visitantes, além de ajudar os professores chineses a participar de conferências no exterior.

Inicialmente, o projeto contou com duas instituições, a Universidade de Beijing e de Tsinghua, que receberam ¥ 1,8 bilhões nos primeiros três anos de projeto, sendo ¥ 300 milhões em 1999, ¥ 600 milhões em 2000 e ¥ 900 milhões em 2001 (Chen, 2013, Zhang *et al*, 2013). Em

¹⁰ 面向21世纪办好百所高校 (*Miànxìàng 21 shìjì bàn hǎo bǎi suǒ gāoxiào*).

¹¹ Como exemplos dos investimentos dos governos locais, Ma (2007, p.33) destaca que o governo de Shanghai contribuiu com cerca de ¥ 120 milhões na Universidade de Fudan e na Universidade de Shanghai Jiao Tong em 1995.

2011, quando o programa foi encerrado, o projeto contava com 37 instituições¹² de ensino superior, além das citadas anteriormente.

Durante a primeira fase do projeto (1999–2003), o governo central fez uma alocação de ¥ 14 bilhões para universidades e na segunda fase (2004-2007), com o “Plano de Ação para o Rejuvenescimento da Educação 2003–2007”, a alocação de ¥ 18,9 bilhões, em que ¥ 12,9 bilhões foram destinados para a formação de professores, resultando na criação de 372 plataformas de inovação científica e tecnológica e bases de inovação em filosofia e ciências sociais (Ying, 2011, p. 23).

Dessa forma o Projeto 985 teve o êxito de melhorar significativamente a competitividade internacional e aprimorar a inovação tecnológica chinesas (Ying, 2011). Além disso, Zhang *et al* (2013) apontam que, dentro do Projeto 985, as universidades de segundo e terceiro porte¹³ tiveram um desempenho melhor do que as de primeiro porte, mas que de maneira geral, houve um aumento na taxa de publicações para universidades do Projeto 985, demonstrando que os pesquisadores chineses estão publicando mais em periódicos internacionais.

Por fim, além desses dois projetos, em 2017, o governo chinês lançou um terceiro projeto conhecido como “*Classe Mundial Dupla*”. Com o objetivo desenvolver outras 42 instituições de ensino superior e cursos específicos em outras 95 universidades. Essa política tem como objetivo continuar o processo de evolução da educação superior chinesa a um nível comparado a instituições de reconhecido renome global (Xinhua, 2017).

5. Avanços

¹² São elas: Universidade de Xiamen; Universidade de Nanjing; Universidade de Fudan; Universidade de Tianjin; Universidade de Zhejiang; Universidade de Nankai; Universidade de Xi'an Jiao Tong; Universidade do Sudeste; Universidade de Wuhan; Universidade de Shanghai Jiao Tong; Universidade de Shandong; Universidade de Hunan; Universidade Renmin da China; Universidade de Jilin; Universidade de Chongqing; Universidade de Ciência Eletrônica e Tecnologia; Universidade de Sichuan; Universidade de Zhongshan; Universidade de Tecnologia do Sul da China; Universidade de Lanzhou; Universidade do Nordeste; Universidade Politécnica do Noroeste; Instituto de Tecnologia de Harbin; Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong; Universidade do Oceano da China; Instituto de Tecnologia de Beijing; Universidade de Tecnologia de Dalian; Universidade de Beihang; Universidade Normal de Beijing; Universidade de Tongji; Universidade do Sul Central; Universidade de Ciência e Tecnologia da China; Universidade Agrícola da China; Universidade de Ciência e Tecnologia de Defesa Nacional; Universidade Minzu da China; Universidade Normal da China Oriental; Universidade de Agricultura e Silvicultura do Noroeste.

¹³ Zhang *et al* (2013) destaca que o porte das universidades é definido de acordo com sua inclusão no Projeto 985 e através de sua reputação no ranking de universidades internacional. As universidades de primeiro porte entraram no projeto em 1999 e são consideradas universidades de elite. As de segundo porte também entraram no projeto em 1999, mas estão abaixo das universidades de primeiro porte no ranking internacional e são responsáveis por conquistar reconhecimento internacional. As de terceiro porte entraram no projeto também em 1999 e se desenvolvem com o objetivo de ser universidades reconhecidas nacionalmente.

O Estado chinês tem mantido sua política de ampliação do ensino superior. Para tanto, lançou o Plano Nacional de Reforma e Desenvolvimento da Educação de Médio e Longo Prazo (2010-2020) no qual busca, entre outros objetivos, transformar a China num país com enorme sistema educacional para um com um forte sistema internacional, melhora a qualidade e o nível de educação, visando pesquisa e serviço e formar um sistema que agregue os valores culturais chineses com os padrões globais.

A Educação 2020 é voltada para a educação em todos os níveis e com base na ideologia de que “a educação é a pedra angular do rejuvenescimento nacional e do progresso social, e uma maneira fundamental de melhorar a qualidade dos cidadãos e promover seu desenvolvimento geral, com a esperança de milhões de pessoas” (MoE, 2010, s.p).

Tabela 01: Comparativo entre o número de matrículas de graduação (2000-2010).

Ano/País	China	EUA	União Europeia
2000	495.624	1.254.618	1.077.459
2005	1.465.786	1.456.401	1.264.903
2010	2.590.535	1.668.227	N/A

Fonte: Science and Engineering Indicators.

De um modo geral, enquanto as reformas do ensino superior antes de 2010 podem ser caracterizadas pela expansão do ensino superior principalmente em termos de quantidade, a reforma desde então tem se engajado na melhoria da qualidade em todos os aspectos. Importante verificar na tabela 1 o salto chinês quando comparado aos dos Estados Unidos e União Europeia¹⁴.

Tabela 02: Desenvolvimento do Ensino Superior na China 1998-2010

Ano	Nº de Instituições de Ensino Superior	Média de Estudantes por Instituição	Nova Entrada de Estudantes Universitários (1000)	Taxa de crescimento da Entrada de estudantes sobre o Ano anterior (%)
1998	1022	3335	1,083.60	8.32
1999	1071	3815	1,548.60	42.91
2000	1041	5289	2,006.10	29.54
2001	1225	5870	2,682.80	33.73
2002	1396	6471	3,037.60	13.22
2003	1552	7143	3,821.70	25.81
2004	1731	7704	4,473.40	17.05
2005	1792	7666	5,044.60	12.77
2006	1867	8148	5,460.50	8.24

¹⁴ Valores agregados do Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha.

2007	1908	8571	5,659,20	3.64
2008	2263	8931	6,076,60	7.38
2009	2305	9086	6,349.60	5.24
2010	2358	9298	6,617.60	3.48

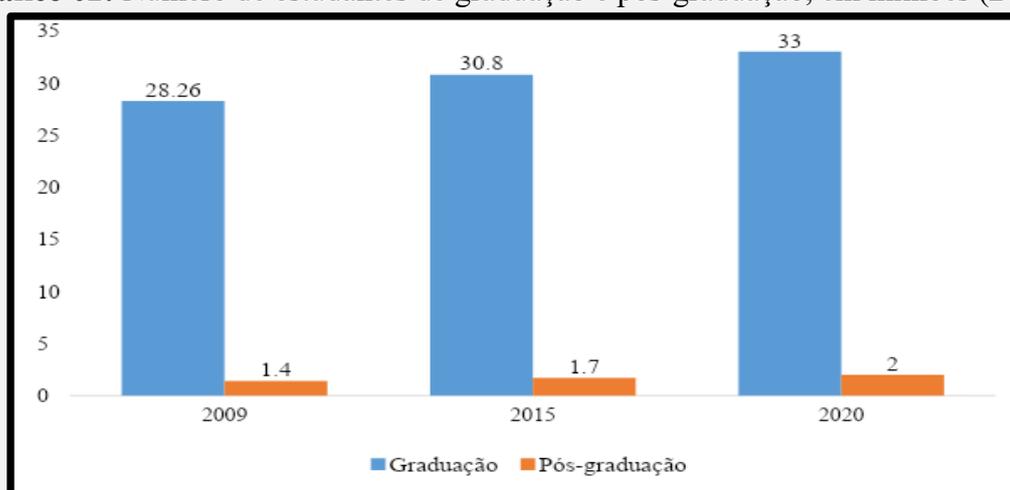
Fonte: Cai & Yan (2017).

Na Tabela 02, verifica-se, entre 1998 e 2010, o grande salto do número de Instituições chinesas de ensino superior com mais de 1.336 novos estabelecimentos sendo criados no período. Também a média de estudantes entre essas universidades impressiona, pois eram 3.335 estudantes em média em 1998, passando a 9.298, um incremento médio de um pouco menos de 3 vezes em apenas 13 anos. Também o número de novas matrículas deu um pulo de um milhão novos estudantes em 1998 para 6 milhões e seiscentos e dez mil novos universitários em 2010.

A partir destes dados, podemos ver que a política de massificação do ensino superior chinês, em que pesem seus objetivos econômicos, atingiu suas metas em termos de taxas de matrícula, pois no país, essa taxa jamais havia ultrapassado 4% até 1992. Já em 2010, a taxa de matrícula havia alcançado 26.5%. O sucesso também criou novos problemas, sobretudo o declínio da qualidade do ensino, a desigualdade do acesso ao ensino superior e altas taxas de desemprego dos graduados (Cai & Yan, 2017, p.180).

Os dados apresentados no gráfico 1 mostram que o planejamento de expansão das universidades tem ocorrido de maneira a proporcionar a ampliação do acesso do ensino superior. As matrículas totais tiveram um aumento de 19%, passando de quase 30 milhões para 35,5 milhões no período entre 2009 e 2015.

Gráfico 02: Número de estudantes de graduação e pós-graduação, em milhões (2009-

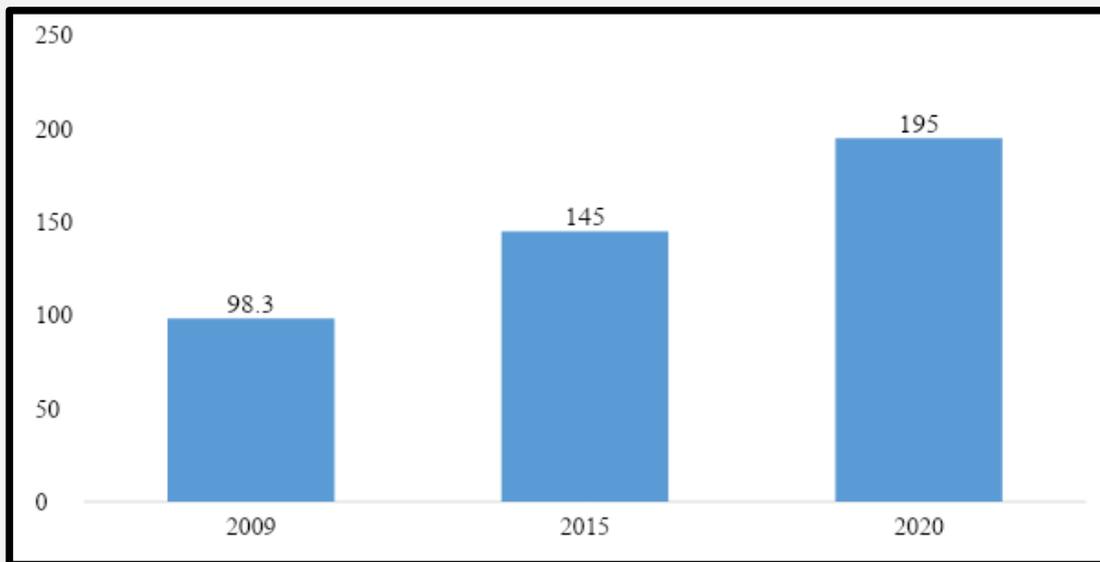


2017)

Fonte: Elaboração própria com base em Cai (2013)

Por fim, temos o número de indivíduos com nível superior e a porcentagem dos que trabalham. O gráfico 3 demonstra um aumento considerável no número de pessoas com nível superior. Entre 2009 e 2015, o número de pessoas com diploma saltou de 98.3 milhões para 145 milhões e em 2020 se estipula que chegue a 195 milhões, um aumento de 98%.

Gráfico 03: Número de chineses com nível superior, em milhões (2009-2020)



Fonte: Elaboração própria com base em Cai (2013)

Dentre essa população com nível superior, a porcentagem dos que trabalham demonstra o principal desafio das políticas educacionais chinesas. Apesar do aumento em 2009 e 2015, de 9.9% para 15%. Ou seja, em 2009, 9.7 milhões de chineses com nível superior estavam empregados, já em 2015 esse número sobe para 21 milhões. Em 2020, espera-se que a taxa seja de 20% (39 milhões).

Entretanto, o Estado chinês tem enfrentado problemas e dilemas na busca de desenvolver um sistema educacional pleno. Devido aos objetivos buscados, a massificação da educação superior, o desenvolvimento de universidades de padrão global e de alta qualidade, há problemas como a falta de mecanismos que garantam a qualidade das instituições, a distribuição e acesso desigual de recursos e de diferentes grupos sociais (Cai, 2013) e o conflito entre as ideologias do Partido Comunista Chinês (PCCh) e o Ocidente (Cai, 2013).

Apesar de sua finalidade econômica, a política de massificação alcançou suas metas em termos de taxas de matrícula. Na China, a taxa bruta de matrículas no ensino superior nunca havia excedido 4% até 1992. Em 2010, a taxa já havia atingido 26,5%

(Cai, 2013). Apesar dessa conquista, o rápido crescimento das matrículas gerou uma série de problemas, particularmente um declínio da qualidade da educação, desigualdade de acesso ao ensino superior e alta taxa de desemprego dos graduados.

6. Avanços

Apesar do sucesso das políticas implementadas, há desafios que ainda persistem e outros que são produtos das políticas implementadas, como por exemplo a queda na qualidade do ensino devido a universalização. Entre os desafios e dilemas postos para o desenvolvimento do ensino superior chinês, podemos classificar em três áreas aqueles que ainda persistem. São eles. i) as desigualdades rurais e urbanas; ii) os contrastes e paradoxos no interior do sistema educacional e iii) as desigualdades regionais.

Segundo Gao (2014) existe um grande desnível nas oportunidades educacionais entre os estudantes das áreas rurais e aqueles das cidades. Gao também observou que em torno de 60 milhões de estudantes na área rural são crianças “deixadas para trás”, que vivem aos cuidados dos avós à medida em que os pais buscam trabalho em cidades distantes. Enquanto muitas das crianças urbanas vão a escolas equipadas com instalações de última geração, além de professores bem treinados, os estudantes rurais frequentemente encontram dificuldades no que tange a infraestrutura física escolar e no entendimento de tópicos avançados, como inglês e química, em meio a uma escassez de instrutores qualificados (Gao, 2014, p.39).

No que diz respeito aos contrastes no interior do sistema internacional, pode-se pontuar a desigualdade salarial entre professores nas áreas rurais são menos preparados e recebem salários menores do que os da área urbana. Em 2001, a proporção de professores com ensino superior na cidade era de 40.94% para o primário e 23.51% para as faculdades, enquanto nas áreas rurais estas proporções eram respectivamente de 20.25% e 9.35% (Yixian & Yanshu, 2004 *apud* Oyniran & Uwamahoro, 2017).

Contudo, desafios ainda permanecem devido à falta de financiamento que é o foco principal também de outras questões socioeconômicas. De fato, nas zonas urbanas quase todas as crianças frequentam escolas, mas a taxa escolar e as mensalidades são muito caras. O exemplo das escolas Respeitáveis de Beijing é que as taxas são de pelo menos ¥ 1000 por mês, cerca de U\$S 170 por criança de 0 a 6 anos. No momento em que a China muda para ser e ter mais influência no mundo ela ainda tem uma disparidade imensa entre o meio rural e urbano em termos de qualidade educacional (Collins, 2016, p.40).

No que tange as desigualdades regionais, desde 2009, 2.305 faculdades e universidades se habilitam a ser universidades de pesquisa e iniciam programas de mestrado e doutorado. No entanto, as condições para o desenvolvimento sustentável do ensino superior ainda não são adequadas nem estáveis. Muitas faculdades e universidades estão endividadas, calcula-se que a dívida chegue a ¥ 250 bilhões de no total (Sang, 2015. p. 43)

De acordo com Grenier e Belotel-Grenié (2006), a descentralização do financiamento da educação ampliou as disparidades regionais: três quartos são analfabetos nas áreas rurais e 72,7% deles são mulheres, segundo o censo de 2000. Certamente, grandes esforços foram feitos pelas autoridades por décadas para aumentar o nível educacional na China. Relatórios do *China Development Bank* (CDB, 2015) confirmaram o progresso educacional, bastando mencionar que após introduzir um novo currículo compulsório em 1986, o país atingiu uma taxa de matrícula de 100% em 2011, enquanto o analfabetismo foi reduzido a 1.08% entre os adultos (CDB, 2015, p. 44)

Com todos esses esforços, a qualidade das universidades chinesas ainda fica atrás daquelas de outros países do centro do poder mundial. Dados do *Times Higher Education World University Rankings* 2016-2017, um prestigiado aferidor da posição das universidades mundiais, inclui apenas duas universidades chinesas entre as 100 mais universidades mundiais, que são a Universidade de Tsinghua e Beijing no 22º e 31º lugar respectivamente (THE, 2019.)

Outro ponto a ser destacado diz respeito sobre a distribuição geográfica das universidades de alto nível. As universidades chinesas são geralmente divididas em quatro níveis, sendo o primeiro nível aquelas que recebem investimentos substantivos do governo central para criar centros mundiais de excelência. Estas estão situadas nos municípios e províncias ricas. Cinco delas, dentre as 10 melhores, estão localizadas em Beijing e Shanghai. Quando se observa a distribuição das universidades do Projeto 985, a desigualdade é maior. No estudo de Zhang *et al* (2013), de 24 universidades examinadas, três estão localizadas em Beijing, três em Shanghai, duas em Guangzhou e outras nove nas capitais do Leste. Apenas sete universidades do programa estão localizadas na região oeste e central da China.

Por fim, as matrículas no ensino superior chinês, como já apresentado, também refletem a forte divisão entre educação urbana e rural da China. No nível nacional, pouco mais de um quarto da população em idade universitária do país está matriculado em uma

instituição terciária. Shanghai, um dos municípios mais ricos da China, possui uma taxa de matrícula de 70%, enquanto províncias como Guangxi sofrem com taxas de matrícula abaixo de 20%.

7. Considerações Finais

O presente estudo buscou realizar uma análise histórica do sistema educacional superior chinês, apresentando suas políticas de desenvolvimento, os avanços e os desafios que o país asiáticos teve durante todo o processo. Optou-se, como estudos de caso, analisar duas dessas políticas, os Projetos 211 e 985. A partir disso, entende-se que embora enfrente desafios, como a grande desigualdade entre regiões do país devido as disparidades entre o campo e cidade, o projeto de expansão e aprimoramento das políticas educacionais chinesas mostram-se eficazes nas diversas metas atingidas, sobretudo no que diz respeito a número de matrículas.

Ainda, mesmo que o presente artigo desenvolva o recorte referente às universidades da China a menção às políticas obrigatórias para o ensino de base a maneira como os chineses pensam modernização e planejam o desenvolvimento nacional a longo prazo é imperiosa ao entendimento aprofundado dos planos para expansão do ensino superior na China. Pois, põe em foco não apenas uma política pública afiada, mas a maneira única de pensar e planejar um país a longo prazo mesclando a inserção econômica em plano internacional e a ambição de uma projeção chinesa que não seja apenas numerosa, mas significativa. Isto, aliado às metas de crescimento e desenvolvimento de seu povo.

Os números colhidos durante a pesquisa demonstram em sua maioria o sucesso das iniciativas postas em prática pelo Governo chinês, o maior obstáculo materializando-se num dilema conhecido para a China, não apenas no recorte da educação superior, e que costuma estar presente em outras problemáticas enfrentadas pelo país é o abismo social, tecnológico e de desenvolvimento entre as zonas rural e urbana da China, uma vez que, sendo aplicadas massivamente as medidas e programas de estudos faz com que a população jovem, e sobretudo feminina, encontre grandes dificuldades ao acompanhar o andamento do ensino, seja pelo nível das aulas ou pela disparidade na capacitação dos profissionais da educação lecionando em cada uma das regiões. Afetando também, em consequência, a horizontalidade no acesso às universidades do país.

Apesar das dificuldades, percebe-se que, na estrada daquilo que ambiciona para o futuro, a China caminha bem nas políticas que tem aplicado e transparece estar ciente dos obstáculos e disparidades citadas durante a discussão e percebidas pelos autores ora citados. Assim como suas ações e políticas educacionais, alinham-se e convergem para alavancar a posição crucial relevância em diversos aspectos da esfera internacional.

Referências

Cai, Y. (2004). Confronting the global and the local--a case study of Chinese higher education. *Tertiary Education and Management*, 10(2), 157-169.

Cai, Y., Kivistö, J., & Zhang, L. (2011). Introduction. In Y. Cai & J. Kivistö (Eds.), *Higher education reforms in Finland and China: experiences and challenges in post-massification era* (pp. 9-17). Tampere: Tampere University Press.

Cai, Y. (2013). Chinese higher education: The changes in the past two decades and reform tendencies up to 2020. In L. d. C. Ferreira & J. A. G. Albuquerque (Eds.), *China and Brazil: Challenges and Opportunities* (pp. 91-118). Campinas: Anablumme.

Cai, Y., & Yan, F. (2017) Higher Education and University. In W. J. Morgan, Q. Gu, & F. Li (Eds.), *Handbook of Chinese Education* (pp. 169-193): Edward Elgar.

CBD, China Development Bank. (2015) La chine a misé sur l'éducation et la formation professionnelle pour développer les compétences. *Rapports de la Banque chinoise de développement (CDB). Experience with China's Literacy and Compulsory Education et Experience with the Development of Vocational Education in China*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Event/Africa/Investing%20in%20Africa%20Forum/2015/investing-in-africa-forum-education-and-vocational-training-for-skills-development-in-china-fr.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

CC-PCCh, Comitê Central do Partido Comunista da China. (1993). Notice of CCCPC and the State Council on Issuing Program for the Reform and Development of Education in China.

Chen. S.-Y. (2012). Contributing knowledge and knowledge workers: the role of Chinese universities in the knowledge economy. *London Review of Education*. Vol. 10, No. 1, 101–112.

China Power. (2018). How does education in China compare with other countries? Em: <<https://chinapower.csis.org/education-in-china/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

Collins, J. (2016). Positive Changes for Chinese Adult Education. *BORGEN Magazine*.

Conselho de Estado (2019). Constitution of the People's Republic of China. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/lawsregulations/201911/20/content_WS5ed8856ec6d0b3f0e9499913.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

Emily, H.; Behrman, J.; Meyan, W.; Jihong, L. (2008). Education in the Reform Era. In: China's Great Economic Transformation. Cambridge University Press.

Gao, H. (2014). China's Education Gap. The New York Times.. Disponível: <https://www.nytimes.com/2014/09/05/opinion/sunday/chinas-education-gap.html?_r=0>. Acesso em: em 20 fevereiro 2020.

Grenié, M., & Belotel-Grenié, A. (2006). Education in China in the Era of Reform. *Transcontinentales*, 3, 67-85.

Han, D. (2001) Impact of the Cultural Revolution on Rural Education and Economic Development: The Case of Jimo County. *Modern China*. 27(1), pp. 59–90.

Jun, L. (2017). Educational Policy Development in China for the 21st Century: Rationality and Challenges in a Globalizing Age, *Chinese Education & Society*, 50:3, 133-141.

Kerr, C. (1995). *The uses of the university*. Cambridge, MA: Harvard University Press

Levin, H.; & Xu, Z. (2006). Issues in the expansion of higher education in the People's Republic of China. In *Education, globalization and social change*, ed. H. Lauder et al., 620–41. Oxford University Press.

Lu, Z. (2008). Over 10 billion yuan to be invested in "211 Project". Disponível em: <<http://en.people.cn/90001/6381319.html>>. Acesso em: 03 de março de 2020.

Ma, W. (2007). The flagship university and China's economic reforms. Em: Altbach, P., Balan, J. (Eds.), *World-Class Worldwide: Transforming Research Universities in Asia and Latin America*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, pp. 31–53.

Ming, C. K. (1986). China's Recent Education Reform: the beginning of an overhaul. *Comparative Education*, 22(3), 255–269.

MoE, Ministry of Education. (2001) *Outlines of the reforms of basic education curriculum*.

_____. (2007). Ministerial Press Release on the Development of Compulsory Education and Literacy Education. Beijing. Disponível em: <<https://www.kpmg.de/docs/education-in-china-201011.pdf>>. 05 de abril de 2020.

_____. (2009). *Compulsory Education Law of the People's Republic of China*. Beijing. Disponível em: <http://en.moe.gov.cn/documents/laws_policies/201506/t20150626_191391.html>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

_____. (2010). *A Blueprint for Educational Modernization*. Beijing. Disponível em: <<http://old.moe.gov.cn//publicfiles/business/htmlfiles/moe/s3501/201010/109029.html>>. Acesso em: 04 de março de 2020.

_____. (2012). Statistical newsletter of educational development in 2010. 2012. Disponível em: http://www.moe.edu.cn/publicfiles/business/htmlfiles/moe/moe_633/201203/1326>. Acesso em: 15 de março de 2020.

_____. (2015). 高等教育学校（机构）数 (number of Higher Education Institutions). Disponível em: http://www.moe.gov.cn/s78/A03/moe_560/jytjsj_2014/2014_qg/201509/t20150901_2_04585.html>. Acesso em: 03 de março de 2020.

Oyeniran, R.; & Uwamahoro, E. (2017). Impacts of Reforms in Chinese Educational System. *International Journal of Education*. Vol. 9, No. 1. 2017.

Sang, G. (2015). Barriers of Educational Development. [PowerPoint slides]. Reprinted from Lecture Notes entitled Education Systems, Policy and Management in China Faculty of Education of Beijing Normal University. International PhD/MA Program in Comparative Education (Education Management and Leadership).

Shen, A. (1994). Teacher Education and National Development in China. *Journal of Education*. 176(2), pp. 57–71.

THE, Times Higher Education. (2019). World University Rankings 2019. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2019/world-ranking#!/page/0/length/25/locations/CN/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats>. Acesso em: 4 de novembro de 2020.

Tsang, M. (2000). Education and National Development in China Since 1949: Oscillating Policies and Enduring Dilemmas. *China Review-An Interdisciplinary Journal on Greater China*, pp. 579–618.

Yang, M. (2009). *Educational System in China*. Zhejiang University Press.

Yixian, Z.; & Yanshu, Z. (2004) *Rural Education: Progress and Problems*. China's Education Blue Book, (pp. 150-175). Beijing: Higher Education Press.

Ying, C. (2011). Uma reflexão sobre os efeitos do projeto 985. *Educação e Sociedade Chinesa*, 44 (5), 19-30.

Wan, Y. (2003). Merger in Chinese higher education: What can we learn from the international experience? Paper presented at the International Conference on Higher Education Reform in China, Xiamen, China.

Wang, C. (2002). Minban Education: The Planned Elimination of the 'PeopleManaged' Teachers in Reforming China. *International Journal of Educational Development*. pp. 109–129.

Wang L. B. (2005). *Basic Education in China*. China: Zhejiang University Press. Wang, R.

Wang, X. (2014). L'éducation en Chine, entre tradition et modernization, Colloque: L'éducation en Asie en 2014.

Wu, B., & Zheng, Y. (2008). Expansion of higher education in China: Challenges and implications. The University of Notttingham, China Policy Institute, Briefing Series, (36).

Xu, X.; & Mei, W. (2009). Educational Policies and Legislation in China. Zhejiang University Press.

Xinhua. (2017). China strives for world-class universities, courses. Disponível em: <http://en.moe.gov.cn/Specials/Review/Highlights/201806/t20180606_338548.html>. Acesso em 03 de março de 2020.

_____. (2020). Citações de Xi sobre respeito aos professores e valorização da educação. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2020-09/10/c_139358501.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

Zhao, L., & Zhu, J. (2010). China's higher education reform: What has not been changed? East Asian Policy, 2(4), 115-125.

Zhang, H., Patton, D. & Kenney, M. B. (2013). global-class universities: Assessing the impact of the 985 Project. Research Policy, 42(3), 765–775.